

Governador teria conta de US\$ 500 mil no exterior

Tucano diz que conseguiu o extrato e, apesar da resistência do Governo, luta para instalar a CPI

• MANAUS e BRASÍLIA. O deputado Luiz Fernando (PSDB-AM) disse ontem que tem o extrato de uma conta do governador do Amazonas, Amazonino Mendes, aberta no Maryland Bank International de Luxemburgo em 28 de agosto de 1988, com depósito de US\$ 500 mil. Embora o PSDB, partido do presidente Fernando Henrique Cardoso, trabalhe para evitar a instalação de CPI para investigar as denúncias de compra de votos a favor da reeleição, que envolvem Amazonino, Luiz Fernando está coletando assinaturas para instalá-la.

Se isso acontecer, sua primeira iniciativa será entregar o extrato para a investigação.

— A CPI é necessária porque é a única forma de apurar as denúncias. Se ela não for instalada, as denúncias acabam morrendo na Justiça — explicou.

Adversários do governador conseguiram cópia do envelope

O extrato é de abril de 1989. O número da conta é 93.095-3 e foi identificada como sendo de Amazonino porque adversários políticos do governador conseguiram uma cópia do envelope endereçando a ele com o extrato. O deputado suspeita que a conta possa ter sido encerrada em 1993.

A representação da Procuradoria da República no Amazonas começou a investigar a compra de votos e as irregularidades envolvendo a empreiteira Econcel,

que, segundo o ex-testa-de-ferro Fernando Bonfim, seria do governador. No caso da compra de votos, o procurador encarregado, Osório Silva Barbosa Sobrinho, não descarta a possibilidade de abrir inquérito contra Amazonino. Ontem, Osório solicitou as cópias da documentação recolhida pela comissão da Câmara que investigou a denúncia.

Procurador diz que investigar governador não é fácil

— Estamos estudando a possibilidade de pedir à Polícia Federal que abra inquérito para investigar a participação do governador. Investigar governador não é fácil. Eles têm foro privilegiado e uma série de requisitos é exigida. Até solicitamos que quem tiver informações sobre o caso da compra de votos nos procure, porque não será identificado. Nossa questão crucial é saber de onde veio o dinheiro para o pagamento desses parlamentares — disse Osório.

No caso da empreiteira, a Procuradoria pretende requisitar os documentos relacionados ao superfaturamento de obras num posto de fiscalização, divulgados ontem, para solicitar a abertura de processo contra o ex-superintendente da Suframa Manoel Rodrigues.

Segundo Osório, este é o único caso ligado à empreiteira que pode ser objeto de denúncia na Justiça. ■